

Nova diretoria do BC começou a funcionar ontem

A diretoria para assuntos da dívida externa do Banco Central, criada na semana passada, começou a funcionar ontem com a posse do diretor Antônio de Pádua Seixas.

O novo diretor, ao tomar posse, disse que a posição do governo brasileiro em não garantir os empréstimos de bancos estrangeiros, através da resolução 63, aos bancos liquidados Auxiliar, Comind e Maisonsave, realmente não cria clima favorável para a renegociação da dívida externa. Seixas afirmou porém que não considera o fato como um empecilho para a renovação do acordo provisório, mas "apenas um obstáculo que tem que ser trabalhado".

O diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central admitiu a possibilidade de fazer a renegociação da dívida externa com os bancos sem a participação do Fundo Monetário Internacional. Ele lembrou que a negociação da administração anterior ficou parada em dezembro e de lá para cá não houve grandes avanços. Antônio de Pádua Seixas adiantou que o Brasil não pedirá a prorrogação das linhas de crédito.

Na viagem que fará a Nova Iorque no próximo dia 9 ou 10 de dezembro, Pádua Seixas tentará chegar a um acordo até a data do vencimento das linhas — 17 de janeiro de 86. Ele disse que se não conseguir esse acordo, tentará prorrogar mais uma vez estas linhas, "até encontrar uma fórmula que seja aceitável para as partes".

Seixas afirmou que a renegociação da dívida externa está numa fase intermediária. Segundo ele, houve progresso nas reuniões da assembleia anual do Fundo Monetário Internacional, em Seul e que certamente serão complementados com a viagem a Nova Iorque.

Em apenas 12 minutos, o Congresso concluiu ontem de manhã a votação da proposta do orçamento fiscal para o próximo ano, que fixa receita e despesa em Cr\$ 656,1 trilhões, aprovando oito subanexos relativos aos orçamentos dos ministérios dos Transportes, da Cultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Reforma e Desenvolvimento Agrário, encargos gerais da União e reserva de contingência.

A aprovação do orçamento só foi possível pelo sistema de voto de liderança — artifício que permite aos líderes votarem por toda a bancada. Do contrário, não haveria quórum sequer para abrir os trabalhos: o plenário estava praticamente vazio, com apenas nove deputados e um senador, Passos Porto (PDS-SE) que presidia a sessão. Na semana passada, o Congresso aprovou 24 dos 32 subanexos da proposta orçamentária do governo.